

DF- Comércio

Por determinação do governador José Aparecido, o secretário de governo, José Carlos Melo, tem o prazo de 30 dias a partir de 1º de janeiro para analisar os resultados finais a que chegou o grupo de trabalho que estuda as ocupações irregulares de áreas públicas pelo comércio das Asas Sul e Norte e elaborar os procedimentos que cada secretaria das diferentes áreas envolvidas nos problemas deve acionar.

“Quero que o secretário verifique as medidas de natureza legal e adote os atos para a implantação do sistema integrado de fiscalização; por outro lado, quero que seja avaliada com cuidado a criação do Conselho de Representação Comunitária e que se evite o tanto quanto possível a criação de mais um órgão junto ao gabinete do governador”, afirmou José Aparecido.

Este grupo de trabalho foi criado em 25/06/86 e recebeu do governador o encargo de estudar e sugerir nova regulamentação sobre estas áreas de comércio, com o objetivo de assegurar o direito dos moradores no que se refere à saúde e ao sossego público, observadas as normas de posturas e de obras. Integraram este grupo alguns secretários, como Laércio Valença (Saúde), Carlos Magalhães (Viação e Obras), Marco Aurélio Martins (Finanças), Olavo de Castro (Segurança) e Benjamim Sicsu (Coama), além do procurador do GDF, Humberto de Barros.

Legislação

O grupo concluiu que os dispositivos legais em vigor não atendem às necessidades sociais, nem disciplina de forma efetiva o comportamento da comunidade. Como

causa desta debilidade surgiu a ocupação indiscriminada das áreas adjacentes aos prédios comerciais, por restaurantes e bares especialmente. O grupo sugeriu a adoção das seguintes medidas: regulamentação do uso de áreas e da incidência da taxa de uso de logradouros públicos por quem prática atos de comércio, utilizando-se espaços do domínio público; para a ampliação de suas atividades; alteração do regulamento da promoção, preservação e recuperação da saúde, fixando os níveis máximos de intensidade de sons e ruídos; revisão das penalidades relativas às posturas, com a finalidade de torná-las mais consentâneas com a realidade.

Fiscalização

O grupo de trabalho propôs a implantação de sistema integrado de fiscalização, em que o poder de polícia seja exercido mediante esforço concentrado das áreas específicas de trânsito e postura. Em diligências permanentes, estes fiscais deverão coibir os inúmeros e já existentes excessos relacionados com o trânsito e estacionamento irregular de veículos.

Agradecimento

Em ofício ao governador José Aparecido, o Ministro interino das Minas e Energia, Paulo Richer, agradece as providências adotadas pela Companhia de Eletricidade de Brasília — CEB para redução do consumo de energia elétrica no Distrito Federal, durante as festividades de Natal.

“Isso demonstra — diz o Ministro — as preocupações de V. Excia. com as dificuldades enfrentadas por este Ministério para evitar que as Regiões Sul-Sudeste e Centro-Oeste sejam atingidas com o racionamento de energia”.